

Austeridade e neoliberalismo no Brasil pós-golpe

Wagner Pires da Silva ⁽¹⁾ e
Erlene Pereira Barbosa ⁽²⁾

Data de submissão: 29/1/2020. Data de aprovação: 22/5/2020.

Resumo – A derrocada do PT da Presidência da República representou uma guinada nas políticas públicas, antes orientadas por uma perspectiva de reforma do capital, para uma postura neoliberal. Para entender as mudanças decorrentes, o trabalho apresenta o documento “Uma Ponte para o Futuro”, no qual o PMDB apresenta seu programa pró-mercado. O texto mostra a atual lógica que campeia o campo político majoritário do país e a necessidade da adoção de posturas que vão além do capital para construir uma saída para a crise econômica, política e institucional em que o Brasil está imerso.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Austeridade. Estado.

Austerity and neoliberalism in post-coup Brazil

Abstract – The falling of the PT political party under the presidency of the republic represented a shift in public policies, previously guided by a perspective of capital reform, towards a neoliberal stance. To understand the resulting changes, the paper presents the document “Uma Ponte para o Futuro”, in which PMDB party presents its pro-market program. The text shows the current logic that dominates the country's majority political field and the need to adopt attitudes that go beyond capital to build a way out of the economic, political and institutional crisis in which Brazil is immersed.

Keywords: Neoliberalism. Austerity. State.

Introdução

Após o impedimento de Dilma Rousseff, a agenda política brasileira passou a fazer do alinhamento ao mercado princípio básico da política econômica e de sua atuação geral. Com isso, os investimentos em saúde, educação e segurança, enfim, nas políticas sociais, sofreram cortes e diminuição de recursos, enquanto foi promovida a desregulamentação e precarização do trabalho, por meio da supressão de direitos históricos dos trabalhadores. A aprovação do chamado teto de gastos, comprometendo o orçamento da União por 20 anos, e da reforma da Previdência demonstram que os governos, tanto o de Temer quanto o de Bolsonaro, têm como estratégia política e econômica a implementação da austeridade em atenção aos desejos do mercado.

O ciclo neoliberal no Brasil foi aberto nos anos 1990, nos governos Collor e FHC. Quando da ascensão do PT ao governo, em 2003, alguns setores identificaram o fim ou, pelo menos, a interrupção desse ciclo (FREITAS, 2018). No entanto, a aplicação das políticas neoliberais foi apenas abrandada, não sendo abandonada de todo. Com a ascensão dos governos Temer e Bolsonaro, o ciclo neoliberal voltou com força e velocidade impressionantes. Embora a agenda neoliberal venha sendo implementada de forma ainda mais acelerada desde 2016, a situação da economia não apresenta melhoras e “as medidas adotadas pelo executivo não têm proporcionado a melhora da situação econômica e ainda ampliam as dificuldades das classes desfavorecidas, que têm sido as mais penalizadas pela crise” (MACIEL, SILVA e SOUZA, 2018, p.1).

¹ Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Administrador na Universidade Federal do Cariri – UFCA. *wagner.pires@ufca.edu.br

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. *erlene2013@gmail.com

Este artigo busca apresentar elementos que apontam como o neoliberalismo tem assumido uma posição central na elaboração e implementação das políticas governamentais, desde o impeachment, por meio da utilização de medidas que diminuem a atuação do Estado, colocando o mercado como protagonista não apenas da economia, mas das políticas sociais.

O documento do PMDB (atual MDB) intitulado “Uma Ponte para o Futuro” pode ser considerado uma virada pró-mercado de parte importante da base de apoio do governo Dilma Rousseff. Esse documento apresentou ao mercado as linhas gerais do governo que sucederia o ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores, quando do impedimento de Rousseff, no processo de impeachment ocorrido em 2016. Fica explícito no documento que os objetivos do governo seriam, em linhas gerais, ampliar as condições de exploração dos trabalhadores, precarizar a oferta de serviços públicos, projetando a posterior privatização, e diminuir a intervenção estatal na economia.

O governo Temer se caracterizou pelo rompimento com o programa que elegeu a chapa na qual ele concorreu como vice-presidente. Aplicando o receituário neoliberal, Temer atou o orçamento a uma camisa de força com a Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, a emenda do teto de gastos, implementou uma reforma trabalhista que extinguiu uma série de direitos trabalhistas e tentou impor uma reforma da Previdência, que acabou por nem ser votada no Congresso, fruto do desgaste do governo e da repercussão negativa dessa reforma em ano de eleição parlamentar.

Em 2018, as urnas sagraram a vitória de um governo que defendia abertamente o neoliberalismo, com a defesa de privatizações, políticas de austeridade e uma agenda moral conservadora, que segue a tendência da direita em todo o mundo.

Materiais e métodos

O presente trabalho assumiu uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, pois se respalda nas relações dinâmicas que acontecem na sociedade e que necessitam ser submetidas à análise científica. Ao buscar compreender essa nova fase do neoliberalismo, que iniciou com a derrocada do governo Dilma Rousseff, o trabalho optou por realizar uma pesquisa exploratória, que permitiria “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Essa pesquisa foi escolhida para este trabalho por permitir versatilidade ao diagnosticar situações e ainda explorar alternativas e novas ideias (OLIVEIRA, 2011).

Essas características da pesquisa exploratória foram utilizadas para apresentar o cenário do Brasil, no fim dos governos do Partido dos Trabalhadores e nos governos seguintes, possibilitando aprofundar o conhecimento sobre o assunto e entender como as políticas públicas puderam transitar entre projetos tão diferentes entre si.

Após uma eleição turbulenta em 2014, na qual Dilma se reelege, o Brasil entra em uma aguda crise financeira, no ano seguinte, fruto do repasse, pelos países centrais, das consequências da crise econômico-financeira, iniciada em 2008, aos países periféricos (MACIEL, SILVA, SOUZA, 2018). Para os autores, o modelo econômico reformista dos governos Lula e Dilma, de concessões à classe trabalhadora enquanto defendiam os interesses de setores da burguesia nacional, perde vigor e se desestabiliza. A fuga de capitais, em busca de condições mais vantajosas de lucro, leva a aumento das taxas de inflação e de juros, o que desaquece o consumo. Essa conjunção de fatores leva a ajustes no setor produtivo que lançam milhões de trabalhadores no desemprego, surpreendendo um país que se acostumara a melhorias nas condições de vida e consumo e que, pouco tempo antes, vivia em uma economia de pleno emprego.

Maciel, Silva e Souza (2018) entendem que foi essa conjuntura que gerou uma insatisfação difusa em diversas camadas da sociedade, notadamente a classe média, e originou

grandes manifestações de rua em 2013, que aos poucos foram sendo capitaneadas por grupos neoliberais e de direita. A oposição de direita e a grande mídia apresentaram o governo petista como o grande responsável pela crise, ao mesmo tempo que exigiam mais liberdade para o capital, colocando o mercado como protagonista para a solução da crise que ele mesmo engendrara.

Ao apresentar o recrudescimento das políticas neoliberais, faz-se necessário compreender o que é o neoliberalismo, bem como as políticas que ele utiliza. Dessa forma, a pesquisa realizou um levantamento de referências que subsidiassem o estudo. Para que os dados levantados para esta pesquisa fossem relevantes, realizou-se um levantamento bibliográfico, uma pesquisa “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). De acordo com Oliveira (2011), todo trabalho científico tem a pesquisa bibliográfica como uma parte integrante da pesquisa, que fornece um guia analítico valioso, ao realizar a coleta de dados secundários.

Além desse levantamento da literatura sobre o assunto, este trabalho dialogará com outros documentos e dados quantitativos para embasar de forma sólida as conclusões a que esta pesquisa chegou sobre o tema.

Para isso, utilizou ainda técnicas de análise de conteúdo no documento “Uma Ponte para o Futuro”, do MDB, compreendendo, assim, que o documento possuía diversos objetivos a serem identificados nas entrelinhas, afinal, a análise de conteúdos possibilita a inferência de outros “significados” relativos às condições de reprodução/recepção dessas mensagens. Realizar esse trabalho permitiu vislumbrar o documento enquanto o que ele representou: um aceno para o mercado financeiro da viabilidade de um governo liderado pelo MDB.

Resultados e discussões

Para entender a ascensão do neoliberalismo e das políticas de austeridade como políticas hegemônicas, é necessário ter em mente que o Estado “não é ocasionalmente capitalista, e sim necessariamente capitalista” (MASCARO, 2015, p. 24). Ele é organizado para defender a manutenção e reprodução do sistema. Por isso, mesmo que a direção do Estado seja ocupada por um grupo que contrarie algumas das diretivas do mercado, “a busca por mais extração de mais-valia termina por limitar a atuação do Estado, impondo-lhe limites de atuação muito estreitos” (BARBOSA *et al.* 2018, p.223). Na realidade,

(...) o Estado revela-se principalmente um vasto aparelho administrativo, de tal forma que os governantes se mostram como funcionários recitando principalmente diretrizes de cunho econômico-financeiras, em geral de acordo com as orientações ou injunções de corporações transnacionais e organizações multilaterais (IANNI, 2004, p. 51).

Na verdade, o caráter do Estado e seu grau de envolvimento na economia dependem do balanço das forças de classe (HARVEY, 2018). Assim, foi possível que o Estado brasileiro, de acordo com Barbosa *et al.* (2018), fosse visto, nas primeiras décadas do século XXI, como impulsionador de mudanças e melhorias para os trabalhadores, com uma consequente redução das desigualdades sociais, que acabou com o aprofundamento da crise econômica, por reverter boa parte das políticas públicas do período, além de perdas históricas de direitos dos trabalhadores e de proteção social aos mais pobres. Afinal,

a busca de uma saída burguesa para a crise econômica desencadeada em 2008 nos países centrais do capitalismo, ampliou a necessidade de exploração dos trabalhadores e dos países periféricos, levando a derrocada desses governos, utilizando ou não os mecanismos democráticos burgueses, e a consequente reversão dessas políticas (BARBOSA *et al.*, 2018, p. 210-211).

Foi esse o contexto que trouxe à luz o programa “Uma Ponte para o Futuro”, que, como visto, foi o aceno do PMDB para o retorno ao governo brasileiro de uma política neoliberal, ainda mais atrelada às vontades do mercado. O ideário neoliberal não é novidade no Brasil,

visto que tem sido aplicado em maior ou menor grau desde os anos 1990 (TEODORO, 2018). Collor, Itamar e FHC, em seus respectivos governos, realizaram o controle de gastos públicos, a abertura da economia, privatizações, aumento de juros, entre outras medidas do receituário neoliberal. No entanto, “é com o governo Temer que as regras de proteção ao trabalhador passam a ser reduzidas ao máximo possível, para que a concorrência gere seus frutos em termos de recuperação dos lucros” (TEODORO, 2018, p. 588). O governo atual aprofunda ainda mais essa tendência de ataque aos direitos da classe trabalhadora.

Lançado em 2015, o documento denominado de “Uma Ponte para o Futuro” explanava como o PMDB, que até então integrava o governo do Partido dos Trabalhadores, esperava que o Brasil assumisse posição dentro da nova divisão internacional do trabalho, sob os ditames do capital globalizado. O documento marcou também a ruptura da aliança que dava sustentação ao PT no governo. Sem a menor cerimônia, o PMDB critica as políticas aplicadas pelo governo do qual fazia parte, buscando dialogar com os mercados financeiros nacional e internacional se apresentando como alternativa confiável de transição.

Era o aceno de que um possível governo do PMDB implementaria as medidas que o mercado ditava como necessárias. O documento “é um manifesto em favor da diminuição do Estado e pela aceitação dos ditames do mercado financeiro internacional” (MACIEL, SILVA e SOUZA, 2018, p. 8). O texto lista “receitas” para recuperar o crescimento: ajuste fiscal, controle da dívida pública, orçamento rigorosamente controlado e outras ferramentas de austeridade, nada muito diferente do que tem sido prescrito desde o estouro da crise, no receituário neoliberal para os mais diversos países. Medidas que não têm surtido efeito onde quer que tenham sido aplicadas (BLYTH, 2017).

“Uma Ponte para o Futuro” faz um chamado aos brasileiros de boa vontade. Convoca-os à união, necessária, já que “o país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores” (PMDB, 2015, p. 2). Aqui os autores aludem a algo que se tornou, nos anos seguintes, lugar-comum nas análises políticas brasileiras: a divisão do país e a necessidade de união para sair da crise e retomar o crescimento.

Uma característica do programa é a crítica das despesas públicas. A constituição de 1988 consagrou em seu texto uma série de despesas obrigatórias, vinculações constitucionais e os benefícios previdenciários como direitos dos brasileiros. Realizar as desvinculações, diminuir as despesas obrigatórias e modificar o caráter da Previdência — em outras palavras, arrancar da constituição os direitos — são algumas das propostas que nos fornece o documento, com o objetivo de realizar o ajuste fiscal, pois, afinal, ressalta, “sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (PMDB, 2015, p. 5).

Um ajuste que promete ser duro para a população, composta, majoritariamente, por famílias pobres, para cujas necessidades básicas o Estado deixaria de atentar em troca de um propalado crescimento econômico que beneficiaria a todos.

Para atingir esse crescimento, o documento, nas 12 medidas elencadas como necessárias para a economia, apresenta o mercado como a solução, sem dedicar uma linha sequer à responsabilidade dele para a crise, o que pode ser demonstrado pela leitura de medidas como as seguintes:

d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se à Petrobras o direito de preferência;

e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o

nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional (PMDB, 2015, p. 18).

A elegia ao mercado é evidente. Em linhas gerais, é o mesmo programa derrotado nas eleições presidenciais de 2014. O novo governo passa a aprofundar um projeto que, “mesmo jamais tendo sido abandonado pelos governos petistas, reafirma a lógica deletéria das perspectivas neoliberais e contrárias à proteção social e às políticas sociais universais no Brasil” (JESUS e LOPES, 2017, p. 2).

O Estado concebido em “Uma Ponte para o Futuro” é neoliberal, seguindo uma concepção em que o “Estado é rearticulado mais abertamente às exigências e às possibilidades da globalização do capitalismo” (IANNI, 2004, p. 320). Para os autores do documento, o Estado deve basicamente romper com a sociedade e se atrelar ao serviço do capital e de suas demandas.

As políticas e ações efetuadas pelos governos que ascenderam à direção do país a partir do *impeachment* se baseiam “com muita clareza na cartilha neoliberal dos organismos multilaterais (FMI, BIRD, Banco Mundial, etc.)” (JESUS e LOPES, 2017, p. 11).

Observa-se o avanço, cada vez maior, do mercado sobre setores que eram antes de exclusiva atuação estatal. Isso leva a uma série de reformas aplicadas para adaptar essas áreas para a exploração comercial, retirando a atuação estatal delas e deixando o mercado como único provedor. Essas reformas transformam as relações do Estado com a sociedade, ao

[...] reduzir a presença do Estado, em termos de planejamento governamental e empresas produtivas estatais, mas garantindo as regras do jogo de tal modo que as forças econômico-financeiras privadas possam desenvolver-se. Privatizam-se empresas e setores das atividades, tais como a educação, saúde e previdência, nos quais passa a desenvolver-se empresas privadas nacionais e transnacionais (IANNI, 2004, p. 52).

No neoliberalismo, o Estado se atrela inteiramente ao capital. Os possíveis espaços de diálogo entre as classes são suprimidos, pois ao submeter o Estado ao capital reforçam-se as características predatórias dele, pois o capital não tem substância alguma, além da que ele toma do trabalho para produzir e se multiplicar, pois o capital é a força

[...] que tudo abrange e submete, que substitui a razão de ser da sociedade por seu propósito de criar sempre mais valor, que transforma a terra em propriedade particular e fonte de renda, subordina o trabalho à criação de lucro, pauta o comércio exterior do mundo inteiro e faz do Estado um instrumento para garantir e patrocinar a valorização privada (GRESPLAN, 2015, p. 145-146).

É para garantir a valorização privada que o neoliberalismo busca um novo reengajar do Estado, que deveria ser mínimo na concessão dos direitos aos trabalhadores e na defesa destes, sendo, no entanto, atuante em favor do mercado, instaurando uma governamentalidade, uma nova racionalidade ligada à globalização e à financeirização (DARDOT e LAVAL, 2016). Dessa forma,

(...) torna-se perfeitamente compreensível a presença de representantes do capital financeiro nos principais postos do governo federal, responsáveis pela gestão da política econômica e do orçamento público (Ministério da Fazenda, Banco Central e Secretaria do Tesouro Nacional). Desde Fernando Henrique, inclusive nos governos Lula e Dilma, tais postos têm sido ocupados por pessoas com estreita vinculação com o mercado financeiro (Reis 2015, p. 54).

Com o domínio do neoliberalismo se estabelece uma relação muito estreita entre capital e Estado. Contudo, a compreensão dessa relação fica comprometida pelo discurso sobre os prejuízos que a interferência do Estado traz à economia e ao desenvolvimento social. Apesar de repetirem isso à exaustão, a prática dos neoliberais é exatamente o contrário. É a contradição neoliberal, apontada por Dardot e Laval (2016), em relação ao liberalismo, pois enquanto este

pregava o estado mínimo, os neoliberais desejam um Estado que se afaste das necessidades sociais da população, enquanto se volta para o atendimento das necessidades do capital.

A aplicação de medidas de austeridade, como o corte dos direitos fornecidos à população pelo Estado, chamado eufemisticamente de “contenção de gastos”, evidencia que o governo tem “os olhos, ouvidos e pensamentos voltados para o virtuoso mercado” (JESUS e LOPES, 2017, p. 11). Mas o que viria ser essa tal austeridade? De acordo com Blyth, austeridade é

[...] uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits. Fazê-lo, acham os seus defensores, inspirará a “confiança empresarial” uma vez que o governo não estará “esvaziando” o mercado de investimento ao sugar todo o capital disponível através da emissão de dívida, nem aumentando a já “demasiado grande” dívida da nação (BLYTH, 2017, p. 22).

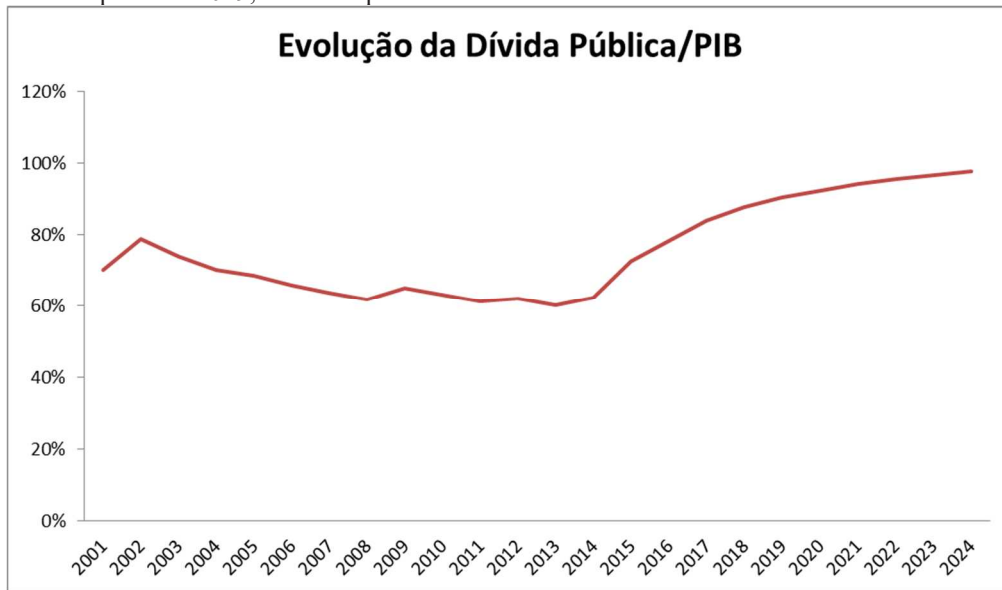
Embora não existam evidências empíricas de que a economia apresente melhorias com a aplicação da austeridade (BLYTH, 2017), os neoliberais em escala mundial continuam a prescrever o mesmo remédio amargo que, em muitos casos, piora as condições financeiras das nações que seguem à risca o receituário. Na verdade,

A crise financeira de 2008, que teve início nos Estados Unidos e depois atingiu a economia real, estendendo-se para a Europa e os países emergentes, desencadeou uma onda de políticas de austeridade com graves consequências humanas. Seus feitos foram falências, desemprego (atingindo dramaticamente os jovens), redução de salários, precarização do trabalho, endividamento público e privado, desmonte de serviços públicos, aumento da desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social. (ANDRADE, 2019, p. 115).

A piora nas condições de vida dos trabalhadores não é levada em consideração, pois “o sistema bancário, com o banco central no topo, é um cadinho de criação de dinheiro sem consideração pela criação de valor na produção” (HARVEY, 2018, p. 30), pouco se importando com a situação daqueles que criam o valor, pois “bancos e instituições financeiras trabalham com dinheiro como mercadoria, e não com produção de valor. Empréstam para o que dê uma taxa de lucro maior, não necessariamente para atividades produtivas” (HARVEY, 2018, p. 48).

Como se pode observar no gráfico abaixo, mesmo com o governo adotando políticas austeras ainda mais duras do que as que já vinham sendo aplicadas pelos governos petistas, o aumento da dívida pública não foi interrompido. Pelo contrário, a trajetória ascendente se acentua.

Gráfico 1: Evolução da Dívida Pública Brasileira em relação ao PIB entre os anos 2001 e 2024, com projeção da dívida a partir de 2019, realizada pelo FMI.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>.

Pelo gráfico, infere-se que a tendência de queda do montante da dívida observada a partir de 2003 é revertida em 2015, quando a crise financeira passa a atuar mais fortemente sobre a economia brasileira, resultando em diminuição do PIB, bem como em aumento da dívida, tanto pelo aumento de juros quanto por novas emissões. Ela se acentua nos anos seguintes, mesmo com a adoção de medidas como a reforma trabalhista e a emenda do teto de gastos, defendidas pelos neoliberais e no programa do PMDB, como visto anteriormente, para realizar uma gestão responsável da dívida pública. Observa-se, ainda, que na projeção do FMI para os anos seguintes persiste o crescimento da dívida, mesmo com a ascensão de governos com matizes neoliberais e a aprovação da reforma da Previdência, mais uma medida considerada necessária para tirar a economia brasileira da crise.

Mas não é apenas a dívida pública que se amplia. Em 2017, o governo Temer aprovou uma ampla reforma trabalhista, que retirou uma série de direitos dos trabalhadores, sob o pretexto de realizar melhorias na legislação e modernizá-la, o que geraria mais empregos. Algumas das modificações foram o parcelamento das férias, a possibilidade do aumento da jornada de trabalho em até 12 horas (respeitando as 44 horas semanais), a possibilidade de reduzir para até 30 minutos o período de almoço, a liberação da contratação de terceirizados até mesmo para as atividades-fim da empresa e, ainda, que os acordos entre patrões e empregados prevalecem sobre a legislação, entre outras.

Mesmo sem nenhum sinal de aumento da demanda, o que justificaria empiricamente mais contratações, o governo optou por realizar por meio dessa reforma trabalhista uma política de desoneração da folha e de precarização do trabalho, seguindo o preceito de que essa seria uma medida que traria confiança ao empresariado, o que o levaria a ampliar a produção, demandando mais vagas. Na verdade, como as estatísticas demonstram, longe de arrefecer, as taxas de desemprego dispararam.

Gráfico 2: Taxa de desemprego no Brasil por Trimestre 2015 ao 1º Trimestre 2019



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal.

Os desempregados brasileiros continuaram fora do mercado de trabalho, e as consequências da reforma trabalhista foram o desmantelamento dos seus órgãos de classe e a ampliação de sistemas de trabalho que exploram o trabalhador baseados na insegurança e na precariedade descentralizada, sem falar da autoexploração, que se torna corrente em mercados de trabalho como o das finanças e o das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Como observado, as consequências da aplicação das medidas neoliberais e de austeridade apontam para piora das condições econômicas. Não só isso, programas sociais voltados para a população mais pobre sofrem cortes severos, uma vez que o modelo neoliberal prega abertamente que as alocações do fundo público para esse setor sejam reduzidas ou mesmo interrompidas completamente. Então, por que a insistência nelas, mesmo depois da crise de 2008, cujo consenso inicial foi o de que a causa dela foi a falta de regulamentação, ou seja, de intervenção do Estado?

Em 2019, o desmonte do Estado prosseguiu tanto com a aprovação da reforma da Previdência e de uma maior desregulamentação do trabalho como com o envio de projetos de lei e de emenda constitucional que modificam profundamente aspectos do Estado brasileiro, no tocante aos servidores públicos. Esses projetos discutem desde o fim da estabilidade e extinção e fusão de carreiras no serviço público pela reforma administrativa até a criação de uma nova carteira de trabalho para os trabalhadores que optarem por um contrato de trabalho fora da CLT. O governo cada vez mais se desobriga dos direitos sociais, ao passo que se volta mais a defender os interesses do capital em detrimento do trabalho.

De acordo com Marx, apenas o trabalho é capaz de criar valor. Para isso é preciso que existam indivíduos dispostos a vender a sua força de trabalho. Durante parte do século XX, o Estado assumiu a função de prover o necessário para a reprodução da força de trabalho, utilizando-se do fundo público, oriundo dos impostos, para esse fim. Dessa forma, beneficiava diretamente o capital, pois financiava direitos sociais, como saúde e educação, entre outros, liberando o salário do trabalhador para o consumo, por não ter de assumir esses gastos. Com a queda da arrecadação advinda da crise, começaram os questionamentos a essa relação entre

política social e investimentos estatais, principalmente pelos neoliberais. A tendência atual é que o Estado passe a fortalecer a acumulação de capital (principalmente financeiro, via pagamento da dívida pública) em detrimento da reprodução da força de trabalho.

Ora, o Estado não produz valor, antes, por meio dos impostos, se apropria de parte do valor produzido na sociedade para constituir o fundo público. Ou seja, a fonte dos recursos é, em última análise, a exploração dos que produzem o valor expropriado pelos capitalistas, os trabalhadores. Assim, nada mais justo que o fundo público seja utilizado para o financiamento dos gastos sociais. No entanto, cada vez mais, é preciso travar uma luta cotidiana para que esses recursos sejam destinados para proveito dos trabalhadores e de todos os desprovidos de propriedade.

As políticas neoliberais procuram ampliar de maneira brutal a extração de mais-valia, “seja pelo aumento da produtividade do trabalhador, onde se estimula o trabalho a render mais pelo mesmo custo da mão-de-obra, seja pela exploração direta de áreas cujas atividades eram realizadas pelo Estado” (MACIEL, SILVA e SOUZA, 2018, p. 10). O neoliberalismo precisa efetivar o Estado mínimo, para isso,

Realiza-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional (IANNI, 2009, p. 314).

O avanço do neoliberalismo amplia as relações de exploração na busca de uma maior realização de mais valor. Como afirma Trotsky, “o operário, no regime burguês, sem o querer e nem mesmo o saber, enriquece a burguesia e a enriquece tanto mais quanto melhor trabalha” (TROTSKY, 2009, p. 12). As políticas neoliberais buscam ampliar a liberdade do mercado, por meio do Estado, para que ele possa estimular o aumento da produtividade do trabalhador, inovando em diversas áreas, mas sem alterar as premissas básicas do poder do capital, pois

A burguesia, por intermédio de seus elementos mais progressistas, contenta-se, por um lado, em racionalizar a técnica (as ciências naturais, a tecnologia, a química, a mecanização, as descobertas) e por outro lado a política (graças ao parlamentarismo), mas não a economia, que permanece como área de uma concorrência cega (TROTSKY, 2009, p.32).

Com a globalização, a extração de mais-valia pode acentuar-se como nunca antes, por meio de novas tecnologias que permitiram a integração entre o mundo industrial e o agrícola, e romper até mesmo as fronteiras nacionais, com as grandes empresas dos países centrais do capital se deslocando por todo o mundo em busca de economias desregulamentadas e com direitos mínimos ou inexistentes para os trabalhadores.

O mercado financeiro passa a ser o grande disciplinador das empresas e dos governos, estabelecendo as metas e as formas de avaliação e de prestação de contas de acordo com as necessidades do próprio mercado (DARDOT e LAVAL, 2016). Assim, as perdas são socializadas, principalmente entre os mais pobres. O problema maior é que mesmo esse movimento não é suficiente para resolver a crise conjuntural do capital, pois esta só pode ser superada pela superação da lógica do capital. No momento atual, em que o neoliberalismo aprofunda as desigualdades, superar o modo de produção capitalista é também superar o Estado atual: um modelo de Estado que organiza as relações de trabalho de modo a defender os interesses do sistema capitalista, impedindo a implementação de políticas públicas que escapem da lógica do mercado, realizando pequenas concessões que objetivam a perpetuação do sistema.

Como pode ser observado na literatura abordada para a elaboração deste trabalho, as ferramentas neoliberais, principalmente a austeridade, baseiam sua “eficácia” no estímulo à economia por meio de um subjetivo aumento da confiança do empresário.

Quando se dispõe de dados como os apresentados neste trabalho, constata-se que, em primeiro lugar, essa confiança não pode ser mensurada ou medida, a não ser pela flutuação da bolsa de valores, a qual há muito está descolada do setor produtivo. Em segundo lugar que, longe de apresentar melhorias, aprofundam-se as dificuldades que ensejaram a aplicação do receituário neoliberal, como o desemprego e a dívida pública, que continuam a subir mesmo com as medidas austeras em pleno vigor e a diminuição dos recursos dispensados pelo Estado à saúde, à educação e a outras áreas sociais.

Na verdade, como bem frisam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo coloca o Estado a serviço do mercado. A expansão contínua da dívida pública demonstra isso, afinal, apesar da diminuição dos investimentos nas áreas sociais e com a venda de ativos das estatais, o governo se torna mais comprometido e ligado ao mercado financeiro, buscando manter o capital especulativo por meio do aumento das taxas de juros e deixando fora de qualquer controle a emissão de dívida.

Por outro lado, empurra as relações de trabalho para a informalidade e para a precariedade, ao desregular o mercado de trabalho e diminuir as proteções sociais dos mais pobres, ao atacar, por exemplo, a Previdência Social, obrigando a classe trabalhadora a sujeitar-se a trabalhar mais horas por menos salário, apenas para garantir o básico para a sua sobrevivência.

Conclusões

O cumprimento da agenda neoliberal por parte do governo não apresenta eficácia para debelar a crise. Mesmo com a reforma trabalhista e a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, que instituiu o teto de gastos, o crescimento econômico que foi anunciado pelos apoiadores das medidas não se realizou, e a taxa de desemprego não cedeu, chegando, no primeiro semestre de 2019, a 13 milhões de desempregados. Mas o ajuste continua a pleno vapor, afinal os ganhos de capital se ampliaram. A despeito da economia cambaleante, o setor financeiro vai bem, com os bancos batendo recordes de lucratividade.

A defesa da reforma da Previdência se faz sobre os mesmos argumentos que embasaram a defesa das medidas anteriores, de que esta, por si só, será capaz de estimular a confiança dos empresários e restaurar a pujança da economia. Enquanto isso, “o desemprego continua a crescer, mesmo com a desregulamentação da CLT, o teto de gastos tem piorado o acesso da população em geral aos serviços básicos, entretanto, os bancos privados lucram como nunca” (MACIEL, SILVA e SOUZA, 2018, p. 12). E mesmo assim, a grande mídia continua apoiando e defendendo a narrativa de que o Estado mínimo será benéfico aos trabalhadores brasileiros.

Os direitos e serviços, com a consequente melhoria das condições de vida, que o Estado capitalista organizado sob o neoliberalismo nega aos trabalhadores, só poderão ser garantidos e universalizados a todas as classes desfavorecidas com a superação do modo de produção capitalista e o consequente domínio do Estado pelos trabalhadores. Para isso, faz-se necessário entender que

O capitalismo neoliberal não cairá como uma “fruta madura” por suas contradições internas, e os *traders* não serão a contragosto os coveiros inopinados desse capitalismo. Marx já dizia com força: “A história não faz nada”. Existem apenas homens que agem em condições dadas e, por sua ação, tentam abrir um futuro para eles. Cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra o caminho (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 402).

Como se pôde observar neste trabalho, as políticas neoliberais têm aprofundado a crise. A saída eficaz para os problemas econômicos deve ser construída pelo engajamento dos que criam o valor, os trabalhadores, buscando a emancipação dos explorados, para gerir a economia em bases novas, em uma perspectiva anticapitalista, que saia dos estreitos limites do mercado, para a ampla satisfação das necessidades humanas.

Referências

- ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002019000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BARBOSA, Erlene Pereira; MACIEL, Paulo Henrique Freitas; SILVA, Wagner Pires da; SOUZA, Ana Carmita Bezerra. Reformismo em desencanto: as políticas públicas e o estado no capitalismo. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 208-225, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRESPLAN, Jorge. Crítica da Economia Política, por Karl Marx. *In*: NETTO, José Paulo (org.). **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2015.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- JESUS, Júlio César Lopes de; LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. As ações do governo Temer e suas implicações para as políticas: o que está por vir? *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - JOINPP, 8., 2017, São Luís. **Anais da VIII JOINPP**. São Luís: UFMA, 2017.
- MACIEL, Paulo Henrique Freitas; SILVA, Wagner Pires da; SOUZA, Ana Carmita Bezerra. A centralidade do capital no Brasil: austeridade e neoliberalismo como política de governo. *In*: SEMINÁRIO CETROS, 6., 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-10013-08072018-183239.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução: Régis Barbosa, Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1993. Título original: *Das Kapital: Kritik der Politischen Konomie*. (Coleção Os Economistas).

MASCARO, Alysson Leandro. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. *In*: NETTO, José Paulo (org.). **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora..** São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para realização de pesquisas em Administração.** Catalão: UFG, 2011.

PMDB. **Uma Ponte para o Futuro.** Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

REIS, Luiz Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 57, p. 16-35, jan. 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-141512924.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

TEODORO, Luiz Claudio de Almeida. A reforma trabalhista do governo Temer: inspiração neoliberal e o desmanche dos direitos sociais. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, p. 578-590, mar. 2018. Edição Especial.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2009.